



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
2.848.643/25-0



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
035174911-0

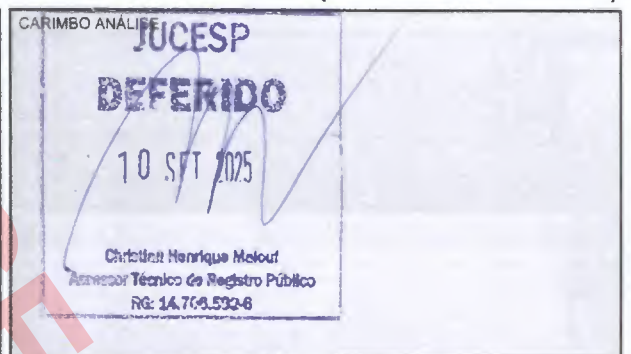
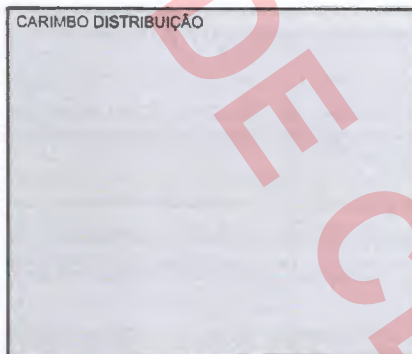
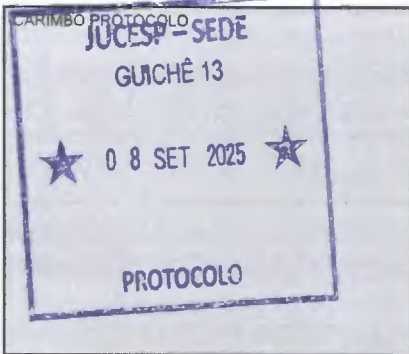


DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração do Valor do Capital; Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL GCB SECURITIZADORA III S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua Conceicao de Monte Alegre	NÚMERO 107	COMPLEMENTO ANDAR 9 EDIF	CEP 04563-060
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 48.132.728/0001-01	NIRE - SEDE 3530063027-1	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Isabella Vendramini Fregolente (Diretor Operacional)		Assinado Isabella Fregolente DATA: 02/09/2025	VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$,00
ASSINATURA:			SEQ. DOC 1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTATADAS NO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)



ANEXOS:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> DBE | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais |
| <input type="checkbox"/> Procuração | <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação |
| <input type="checkbox"/> Alvará Judicial | <input type="checkbox"/> Jornal |
| <input type="checkbox"/> Formal de Partilha | <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação |
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Certidão |
| <input type="checkbox"/> Outros | |

OBSERVAÇÕES:

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

JUCESP 10
11 SET 2025

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

MARTINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL

336.345/25-2

JUCESP

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96



11 09 25

GCB SECURITIZADORA III S.A.
CNPJ/MF 48.132.728/0001-01
NIRE: 35.300.630.271

SEDE
13

2025



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2025.

1. **Data, Hora E Local:** Realizada no dia 1º de agosto de 2025, às 10h da manhã, na sede social do GCB SECURITIZADORA III S.A. (“Companhia”), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, LWM Corporate Center, Torre A, 9º Andar, Cidade Monções, CEP 04563-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.132.728/0001-01, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.630.271.

2. **Convocação e Presença:** Foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos Acionistas da Companhia (Anexo I), na forma prevista nos artigos 124, §4º e 133, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

3. **Composição da Mesa:** Foram eleitos para a mesa, por unanimidade, o Sr. Antônio Jardel Hetem Menezes (Presidente); e a Sra. Marcela Claudia Salinas Araya (Secretária).

4. **Ordem do dia:** Reuniram-se a totalidade dos acionistas da Companhia, com o objetivo de deliberar, discutir e votar sobre: (i) a reeleição da Diretoria; (ii) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.749.934,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais), com a consequente (iii) alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a consolidação do Estatuto Social.

5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue:

(i) a reeleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia:

(a) **Antônio Jardel Hetem Menezes**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 393763572, expedida pela SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob o nº 323.744.168-60, ao cargo de Diretor Presidente, com mandato de 3 (três) anos. O Diretor ora eleito toma posse mediante assinatura do Termo de Posse, conforme o Anexo II da presente ata, e declara não estar impedido de exercer a administração da Companhia, bem como ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Declara, ainda, não ter sido condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou por crimes contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública e/ou a propriedade.

(b) **Isabella Vendramini Fregolente**, brasileira, solteira, bacharel em Direito, portadora da cédula de identidade nº 50.657.378-3 SSP/SP, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 398.318.568-13, ao cargo de Diretora Executiva, com mandato de 3 (três) anos. A Diretora

RESOLUÇÃO
2028

ora eleita toma posse mediante assinatura do Termo de Posse, conforme o Anexo III da presente ata, e declara não estar impedida de exercer a administração da Companhia, bem como ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Declara, ainda, não ter sido condenada a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou por crimes contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública e/ou a propriedade.

Em função da alteração dos cargos da Diretoria e das eleições ora aprovadas, os acionistas ratificam a seguinte composição da Diretoria da Companhia, cujos Termos de Posse foram anexados anteriormente:

(a) **Antônio Jardel Hetem Menezes**, acima qualificado, na qualidade de Diretor Presidente, com mandato de 3 (três anos), válido até 01/08/2028;

(b) **Isabella Vendramini Fregolente**, acima qualificada, na qualidade de Diretora Executiva, com mandato de 3 (três anos), válido até 01/08/2028.

(ii) Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.749.934,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais), passando dos atuais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), divididos em 5.000 (cinco mil) ações, para R\$ 2.754.934,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais), mediante a emissão de 2.749.934 (dois milhões, setecentas e quarenta e nove mil, novecentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, neste ato totalmente subscritas pela acionista GCB CRÉDITOS HOLDING S.A., e integralizadas neste ato mediante capitalização de créditos detidos contra a Companhia decorrente de adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") realizados até 30/06/2025, nos termos do boletim de subscrição na forma do Anexo IV à presente ata. Os demais acionistas renunciam expressamente ao seu direito de preferência na presente subscrição;

(iii) Em virtude da deliberação mencionada acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula 4ª - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.754.934,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais), representado por 2.754.934 (dois milhões, setecentas e cinquenta e quatro mil, novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."

(iv) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo V à presente ata.

6. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes.

JUCESP
11 09 25

7. **Assinaturas:** Presidente: Sr. Antônio Jardel Hetem Menezes; e Secretária: Sra. Marcela Claudia Salinas Araya. Acionistas: Lista em ANEXO I.

antonio.menezes@gcbinvestimentos.com

marcela.araya@gcbinvestimentos.com

Assinado

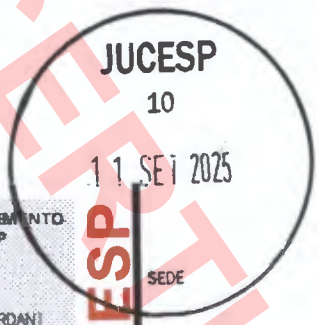
São Paulo, 1º de agosto de 2025.

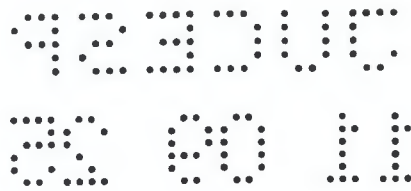
Assinado

Mesa:

Antônio Jardel Hetem Menezes
Presidente

Marcela Claudia Salinas Araya
Secretária







ANEXO I

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
GCB SECURITIZADORA III S.A.
CNPJ/MF 48.132.728/0001-01

REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2025.

FOLHA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

Nº de Ordem	Acionista	Voto (SIM, se aprovou. Não, se não aprovou)	Assinaturas
1.	Grupo GCB Participações S.A. <i>Representado por Gustavo de Carvalho Blasco</i>	SIM	<small>gustavo@gcbinvestimentos.com</small> Assinado  <i>Gustavo de Carvalho Blasco</i> D4Sign
2.	GCB Créditos Holding S.A. <i>Representado por Gustavo Moreira Carvalho</i>	SIM	<small>gustavo.moreira@gcbinvestimentos.com</small> Assinado  <i>gustavo moreira carvalho</i> D4Sign

DUCE SP

11 09 25

ANEXO II

TERMO DE POSSE E DESIMPEDIMENTO

Ao 1º dia do mês de agosto de 2025, tomou posse na sede da GCB SECURITIZADORA III S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, LWM Corporate Center, Torre A, 9º Andar, Cidade Monções, CEP 04563-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.132.728/0001-01 ("Companhia"), o Sr. ANTÔNIO JARDEL HETEM MENEZES, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 39.373.657-2 SSP/SE, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 323.744.168-60, com endereço comercial no mesmo endereço da Companhia, ao cargo de Diretor Presidente, pelo que assina o presente termo para todos os fins de direito, com mandato de 3 (três) anos, vigente até 01/08/2028.

O Diretor eleito, ora empossado, declara que, sujeita às penas fixadas em lei, não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou sujeito a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

São Paulo, 1º de agosto de 2025.

antonio.menezes@gcbinvestimentos.com

Assinado



Antônio Jardel Hetem Menezes

D4Sign

ANTÔNIO JARDEL HETEM MENEZES

RESOLUÇÃO

ANEXO III

ANEXO III

TERMO DE POSSE E DESIMPEDIMENTO

Ao 1º dia do mês de agosto de 2025, tomou posse na sede da GCB SECURITIZADORA III S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, LWM Corporate Center, Torre A, 9º Andar, Cidade Monções, CEP 04563-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.132.728/0001-01 (“Companhia”), a Sra. ISABELLA VENDRAMINI FREGOLENTE, brasileira, solteira, bacharel em Direito, portadora da cédula de identidade nº 50.657.378-3 SSP/SP, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 398.318.568-13, com endereço comercial no mesmo endereço da Companhia, ao cargo de Diretora Executiva, pelo que assina o presente termo para todos os fins de direito, com mandato de 3 (três) anos, vigente até 01/08/2028.

A Diretora eleita, ora empossada, declara que, sujeita às penas fixadas em lei, não está impedida de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou sujeita a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

São Paulo, 1º de agosto de 2025.

isabella.fregolente@gcbinvestimentos.com

Assinado



Isabella Fregolente

D4Sign

ISABELLA VENDRAMINI FREGOLENTE

DUCE SP
11 00 25

ANEXO VI

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
GCB SECURITIZADORA III S.A.
CNPJ/MF 48.132.728/0001-01

REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Acionista Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Valor Integralizado	Forma e Prazo de Integralização
GCB CRÉDITOS HOLDING S.A., pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º andar, CEP 04563-060, inscrita no CNPJ sob nº 49.695.953/0001-00.	2.749.934 (dois milhões, setecentas e quarenta e nove mil, novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias	R\$ 2.749.934,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais).	Capitalização de créditos detidos contra a Companhia decorrentes de AFACs realizados até 30/06/2025.

A Subscritora declara, para todos os fins, estar de acordo com as condições expressas no presente Boletim de Subscrição e se compromete a cumprir as obrigações nele consignadas.

São Paulo, 1º de agosto de 2025:

Subscritor:

gustavo.moreira@gcbinvestimentos.com

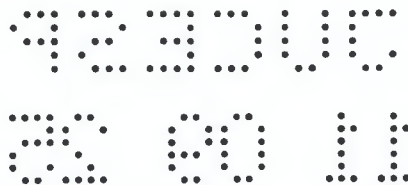
Assinado



gustavo moreira carvalho

D4Sign

GCB CRÉDITOS HOLDING S.A
Representado por Gustavo Moreira Carvalho
Diretor Presidente



ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL DA
GCB SECURITIZADORA III S.A.
CNPJ/MF 48.132.728/0001-01
NIRE: 35.300.630.271

Capítulo I

Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração

Artigo 1º - A companhia denominar-se-á GCB SECURITIZADORA III S.A. ("Companhia") e será regida por este estatuto social ("Estatuto"), pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas demais legislações aplicáveis às Companhias anônimas.

Parágrafo Primeiro - A Companhia tem sede social e foro no Estado de São Paulo, com Município e endereços definidos por deliberação da Diretoria.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação de acionistas, representando a maioria do capital social, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

Artigo 2º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Capítulo II

Objeto Social

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto:

- (i) Aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos;
- (ii) Aquisição de debêntures emitidas por securitizadoras e/ou por empresas que tenham como objetivo social a aquisição de direitos creditórios padronizados ou não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos;
- (iii) Emissão e colocação nos mercados financeiros e de capitais de títulos e valores mobiliários, que serão oferecidos e vendidos a investidores, nos âmbitos públicos ou privados;
- (iv) Investimento em plataformas digitais que tenham por objetivo automatizar o processo de aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos;

DUCE SP
11 09 25

(v) Investimento em plataformas digitais que tenham por objetivo automatizar o processo de cobrança e/ou alienação de dívidas oriundas da aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos; e

(vi) Quaisquer atividades acessórias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

Parágrafo Primeiro: Estão incluídas no objeto social da Companhia as seguintes atividades: (a) a gestão e a administração dos ativos e direitos creditórios supracitados; (b) a aquisição e a alienação de títulos e valores mobiliários representativos ou lastreados em ativos e direitos creditórios; (c) a emissão, a distribuição, a recompra, a revenda ou o resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (d) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização; (e) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e (f) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos.

Parágrafo Segundo: A Companhia poderá participar do capital de qualquer sociedade ou integrar grupo de sociedades.

Parágrafo Terceiro: O objeto social da Companhia deverá ser interpretado de acordo com as Leis Vigentes, em especial de acordo com os permissivos oriundos da Medida Provisória nº 1.103, de 15 de março de 2022 ("Marco Legal das Securitizadoras").

Capítulo III Capital Social e Ações

Artigo 4º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.754.934,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais), representado por 2.754.934 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

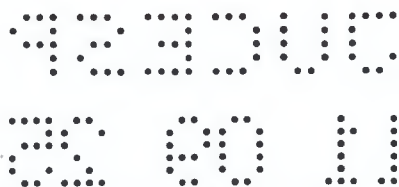
Parágrafo Segundo: A ação é indivisível em relação a Companhia.

Parágrafo Terceiro: A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas".

Parágrafo Quarto: A Companhia, não poderá criar outras classes e espécies de ações ordinárias, apenas de ações preferenciais, desde que, aprovado em Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto: A Companhia é vedada a emissão de partes beneficiárias.

Artigo 5º - A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, o acordo de acionistas se houver, as disposições estatutárias



e as normas aplicáveis, não se aplicando, exceto se de outra forma deliberada no acordo de acionistas, o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 6º - A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei das S.A. e disposições regulamentares aplicáveis.

Capítulo IV Assembleia Geral

Artigo 7º - A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei e com o Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral reunir-se a ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei das S.A., pelo Presidente do Conselho de Administração, qual houver.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral também pode ser convocada, nas hipóteses previstas no art. 123 da Lei das S.A., pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal, quando houver.

Artigo 8º - Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das S.A., compete a Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. deliberar sobre o aumento do limite do capital autorizado, aumento ou redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de ações, debentures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração, quando houver, nos termos da lei ou deste Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- II. aprovar qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;
- III. aprovar, sem prejuízo e/ou conflito com as atribuições do Conselho de Administração, na sua ausência, a eleição e reeleição de quaisquer membros da Diretoria da Companhia;
- IV. a fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- V. deliberar sobre a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;
- VI. autorizar os administradores da Companhia a confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

DUCE SP

11 09 25

- VII. aprovar a liquidação, dissolução e extinção da Companhia;
- VIII. aprovar a distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto; e
- IX. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a outra sociedade sob seu controle.

Artigo 9º - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 10 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desses, por qualquer membro do Conselho de Administração ou qualquer Diretor, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 11 - Salvo por motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro: Quando, excepcionalmente, a Assembleia Geral for realizada fora da sede da Companhia, os anúncios de convocação devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.

Parágrafo Segundo: É vedada a realização da Assembleia Geral, em qualquer hipótese, fora do Estado onde se localiza a sede da Companhia.

Artigo 12 - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instala-se:

- I. em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) das ações com direito a voto na respectiva Assembleia; e
- II. em segunda convocação, com presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto na respectiva Assembleia.

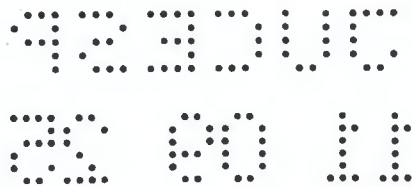
Artigo 13 - Somente o acionista da Companhia, por si ou por seu representante, poderá participar da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14 - A administração da companhia competirá à Diretoria.

Parágrafo Primeiro: Somente pessoa natural pode ser eleita como membro dos órgãos de administração

Parágrafo Segundo: A pessoa eleita como membro da Diretoria deve ser residente e domiciliada no País.



Parágrafo Terceiro: A ata da Assembleia Geral que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos

Parágrafo Quarto: O administrador fica dispensado de apresentar garantia em favor da Companhia para assegurar os atos de gestão.

Artigo 15 - E inelegível para os cargos de administração da Companhia a pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos

Parágrafo único: É inelegível para os cargos de administração da Companhia a pessoa condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM

Artigo 16 - Os diretores são investidos no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Artigo 17 - O prazo de gestão da Diretoria estende se até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo único: O substituto eleito para preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído.

Artigo 18 - Caberá a Assembleia Geral fixar a remuneração global dos administradores e deliberar acerca da distribuição da remuneração global dos administradores entre os membros da Diretoria e da repartição entre parcela fixa e parcela variável.

Artigo 19 - E vedado aos administradores conceder avais, fianças, endossos e cauções em nome da companhia em favor de terceiros, incluindo seus acionistas e administradores.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA

Artigo 20 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração e destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro: O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos permitida a reeleição, sendo que no período que ocupar o cargo fará jus a pró-labore a ser definido em assembleia.

Parágrafo Segundo: Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

DUCE SP
11 09 25

Parágrafo Terceiro: Ocorrendo impedimento definitivo ou vacância no cargo de qualquer diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para eleição do substituto para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Quarto: No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, suas atribuições e funções devem ser exercidas e desempenhadas por outro Diretor, indicado por escrito pelo Diretor Presidente. Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Artigo 21 - A Diretoria é composta pelos seguintes cargos:

- I. Diretor Presidente;
- II. Diretor Executivo; e
- III. 3 (três) Diretores sem designação específica, se houver.

Parágrafo único: Desde que respeitado o mínimo de 2 (dois) membros na Diretoria, é permitida a cumulação de cargos por uma mesma pessoa.

Artigo 22 - Compete a Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes a administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita por uma das seguintes formas (i) pela assinatura isolada do Diretor Presidente; (ii) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; ou (iii) por 1 (um) procurador, isoladamente, quando constituído pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo: Quando da representação de que trata o disposto no item II e III, do parágrafo primeiro, do Artigo 22, do presente estatuto social, as obrigações financeiras contratuais assumidas, ou quaisquer outros tipos de passivos pecuniários, limitar-se-ão entretanto, sem prejuízo das demais vedações e limitações constantes deste instrumento, a monta de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), considerando-se nulas e ineficazes as representações com base no item II e III, nos contratos que as obrigações financeiras ultrapassem o limite supra descrito.

Parágrafo Terceiro: As procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente em nome da Companhia, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para substabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia. Na ausência do Diretor Presidente, as procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Executivo em conjunto com outro Diretor.

Parágrafo Quarto: Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.



Parágrafo Quinto: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação a Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 23 - A Diretoria reúne-se sempre que necessário para a defesa e perseguição dos interesses da Companhia, quando exigido por este Estatuto ou pela legislação.

Parágrafo Primeiro: A reunião da Diretoria é convocada, por comunicação escrita enviada por qualquer Diretor, com 1 (um) dia de antecedência da reunião, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constam da ordem do dia.

Parágrafo Segundo: A reunião da Diretoria somente pode ser regularmente instalada com a presença da maioria dos diretores votantes, nos termos do parágrafo quarto.

Parágrafo Terceiro: Os trabalhos serão dirigidos e coordenados pelo Diretor Presidente, a quem cabe resolver questões de ordem.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24 - Sempre que instalado, o Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais, ou por proposta da administração.

Parágrafo Segundo: Cada período de funcionamento Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de Locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os elege, não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

CAPÍTULO VIII DO EXERCÍCIO SOCIAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

DUCE SP

II 09 25

Artigo 25 - O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria o balanço e as demais demonstrações financeiras do correspondente exercício.

Artigo 26 - Ao final de cada exercício social, a Companhia deve elaborar as demonstrações financeiras, em conformidade com as normas aplicáveis, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

Artigo 27 - A proposta de destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

- I. parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido deverá ser aplicada na constituição de reserva legal, que não excedera de 20% (vinte por cento) do capital social;
- II. parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido deverá ser destinada ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- III. parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da Administração da Companhia, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; e
- IV. pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinarão o excesso a constituição de reserva de lucros a realizar

Parágrafo Segundo: A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo Terceiro: A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores.

Parágrafo Quarto: Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Ata da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar a sua distribuição, salvo se outro prazo for deliberado pelos acionistas na referida Assembleia.

Parágrafo Quinto: Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos a contar da data em que tais dividendos foram colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 28 - A Companhia dissolve-se e tem o seu patrimônio liquidado nos casos previstos em lei.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral é o órgão competente para deliberar e determinar o modo da dissolução, nomear e destituir, a qualquer tempo, o liquidante e fixar a sua remuneração

ESTATUTO
DA
EMPRESA

Parágrafo Segundo: Durante a liquidação, a Administração da Companhia continuará em funcionamento.

Parágrafo Terceiro: Durante a liquidação, o Conselho Fiscal deverá ser instalado nos termos da legislação aplicável.

Artigo 29 - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.

CAPÍTULO X ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 30 - A Companhia deve cumprir todas e quaisquer disposições previstas nos acordos de acionistas registrados na sede da Companhia.

Parágrafo Único: A Companhia não deve registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas, dos conselheiros de administração ou de qualquer diretor, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível ao acordo de acionistas

São Paulo, 1º de agosto de 2025.
